



1 **ATA DA 101ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (CMHIS).**

2 Aos dez dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, as quatorze horas, em formato
3 presencial, no Centro de Formação Continuada – Rua Esteves Júnior, nº 280 – Centro –
4 Florianópolis/SC, foi realizada a 101ª Reunião Ordinária do CMHIS, da qual participaram os
5 conselheiros: Maria Ester Schorn Harb e Juliana Hartmann Gomes (SMHDU/HIS); Caroline
6 Pereira da Silva Nunes (FLORAM); Eduardo Antonio Florindo (SMC); Patrícia I. Alves
7 (SEMAS); Telma de Oliveira Pitta (SMHDU/Urb. e Serv. Públicos); Werner Rodrigues Franco
8 (SMS); Lorena Morrudo Babot (Sinduscon); Guilherme Santos de Farias (IAB/SC) e Pedro
9 Schultz Fonseca Baptista (CAU/SC); Márcio Miguel Sodré (Região Leste da Ilha); Roseane
10 Lucia Panini (Região Sul da Ilha); Leide Sayuri Ogasawara (Região Centro Ilha); Lizete
11 Contin (Região Continental), representando doze (12) entidades. Também esteve presente
12 Paulina Korc (secretária do Conselho), somando um total de quinze (15) participantes. A
13 Presidente, **Maria Ester Schorn Harb**, conduziu a 101ª Reunião Ordinária do CMHIS.
14 Inicialmente, cumprimentou a todos e agradeceu pelo compromisso e participação de cada
15 conselheiro. Na sequência, apresentou as justificativas de ausência dos conselheiros: Luiz
16 Eduardo Machado e Marcos Roberto Leal (Defesa Civil); Julian Reciere Riquel dos Santos
17 (IPUF); Rodolfo Estácio Costa (PGM); Gustavo Bulcão Vianna Rodrigues (SINDUSCON);
18 Joanir Maria Neves de Souza (OSCIP Moradia e Cidadania SC); Kleber Pinho (Região Leste
19 da Ilha); Maria do Carmo Silva e Adailton Adinamar Moura Reis (Região Norte da Ilha); Cíntia
20 Cruz (Região Continental); Ivânio Alves da Luz e Angela Maria Liuti (UFECO), as quais foram
21 homologadas. Dando prosseguimento à reunião, **Maria** colocou em apreciação as atas da
22 100ª Reunião Ordinária realizada no dia 20/07/2023 e da 30ª Reunião Extraordinária
23 realizada no dia 26/07/2023, as quais foram aprovadas por unanimidade. Na sequência, **a**
24 **Presidente** convidou o conselheiro suplente Pedro Schultz Fonseca Baptista, representante
25 do CAU/SC para relatar a respeito do Convênio entre o CAU/SC e a PMF sobre Assistência
26 Técnica para Habitação de Interesse Social - ATHIS. **Pedro** informou que o CAU/SC efetivou
27 dois convênios, sendo um com o Município de Florianópolis e outro com o Município de
28 Chapecó. Estes convênios pilotos surgiram por conta da Lei Federal nº 11.888/2008,
29 conhecida como Lei da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, a qual prevê
30 que famílias com renda de até três salários mínimo, residentes em áreas urbanas ou rurais,
31 recebam assistência técnica pública e gratuita para a elaboração de projetos,
32 acompanhamento e execução de obras necessárias para a edificação, reforma dentre outros
33 serviços. Para tanto, o CAU/SC desenvolveu o convênio tendo como contrapartida do
34 Município, além do recurso financeiro, a prestação de serviços da equipe técnica da



35 Prefeitura, e o CAU investiu setenta mil reais em Florianópolis e cinquenta mil reais no
36 convênio com Chapecó. **Pedro** enfatizou que nos municípios há grande necessidade de
37 construção de habitações, porém há demanda de melhorias habitacionais o que permite que
38 as famílias permaneçam residindo em suas casas, desde que não esteja em Área de
39 Preservação Permanente (APP) ou área de risco, pois nestes casos não é regularizável. Este
40 convênio piloto é um estímulo para que as cidades possam prever esse tipo de ação, a
41 melhoria habitacional e sanitária, sem precisar investir muito recurso. **Pedro** avaliou este tipo
42 de serviço como acupuntura urbana, conceito do falecido Arquiteto e Urbanista Jaime Lerner,
43 ou seja, consegue fazer melhorias habitacionais em diferentes regiões do Município e ter
44 uma repercussão no entorno desses locais. Na oportunidade, esclareceu que a ideia desse
45 convênio é verificar com quais dificuldades que a Prefeitura trabalha, exatamente para
46 demonstrar às demais essa condicionante. Em paralelo, o CAU/SC está verificando junto ao
47 Ministério das Cidades qual será a orientação para a execução das melhorias habitacionais
48 que, provavelmente, será via financiamento subsidiado. **Maria Ester** esclareceu que no
49 Convênio firmado entre o CAU/SC e a Prefeitura de Florianópolis, a execução da melhoria
50 habitacional de cinco residências na Servidão dos Lageanos - Comunidade da Serrinha –
51 Maciço do Morro da Cruz, localizada numa Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), foi
52 definida pela equipe técnica da Superintendência de Habitação da Prefeitura de
53 Florianópolis. Após a explanação, os conselheiros manifestaram inúmeros questionamentos
54 sendo elucidados pelo conselheiro representante do CAU/SC. Finalizando este ponto de
55 pauta, **Maria Ester** agradeceu ao conselheiro Pedro pela explanação e, na sequência,
56 solicitou à secretária do Conselho que repassasse as informações sobre o Projeto de Lei
57 18.432/2022 de revisão da Lei 8210/2010. Na oportunidade, **Paulina** informou que o ofício do
58 Conselho ao presidente da Câmara de Vereadores foi protocolado de forma online. De
59 acordo com as informações obtidas da Câmara, o ofício será inserido na pauta da sessão
60 para leitura em Plenário e depois o Chefe de Gabinete irá despachar com o Presidente
61 definindo a data em que o PL entrará na pauta para votação. Sendo assim, **Paulina** está
62 conferindo diariamente as pautas das sessões da Câmara para verificar quando o ofício será
63 inserido na pauta. Em relação à nomeação do Conselho Gestor do Fundo Municipal de
64 Habitação de Interesse Social (FMHIS), **Maria Ester** informou os conselheiros sobre a
65 publicação do Decreto Nº 25.440 de 08/08/2023 que alterou o Decreto Nº 25.164, de
66 02/05/2023. Sendo assim, **Paulina** disse que está articulando uma data junto a tesoureira e a
67 contadora do FMHIS para que façam uma explanação sobre os recursos do Fundo na
68 primeira reunião do Conselho Gestor do FMHIS. Quanto ao ofício protocolado junto à



69 Secretaria Municipal de Planejamento e Inovação Urbana (SMPIU), solicitando agendamento
70 de reunião para abordar questões referentes a habitação de interesse social na
71 regulamentação da Lei Complementar Nº 739/2023, a secretaria do gabinete informou que a
72 SMPIU precisa finalizar algumas regulamentações que estão em desenvolvimento por
73 Comitê e Grupo de trabalho. Tão logo, tenham essa regulamentação agendarão a reunião
74 solicitada. Na oportunidade, **Paulina** esclareceu à secretaria do gabinete que a solicitação à
75 SMPIU é que oportunize o CMHIS a explanar suas demandas pertinentes a habitação de
76 interesse social na regulamentação do Plano Diretor. Após algumas considerações, o
77 conselheiro **Guilherme** se dispôs a reiterar o pedido de reunião junto ao Secretário Michel ou
78 com o Rafael de Lima do Gabinete do Prefeito. Dando sequência à reunião, por solicitação
79 da Presidente **Maria Ester**, **Paulina** esclareceu a origem da pauta que trata sobre a
80 organização de grupos de trabalho e, posteriormente, passou a palavra ao conselheiro
81 Werner que justificasse a relevância da composição do Grupo de Formação. Na
82 oportunidade, **Werner** fez referência ao Grupo de Formação Permanente do Conselho
83 Municipal de Saúde, o qual tem dois objetivos: 1) A formação dos conselheiros municipais no
84 início de cada gestão; 2) Formação dos agentes envolvidos no processo, como as lideranças
85 comunitárias e os gestores dos órgãos governamentais. Desta forma, **Werner** propôs a
86 organização da Comissão de Formação para organizar esse conteúdo programático e
87 envolver essas pessoas para discutir a habitação de interesse social para além do Conselho
88 de Habitação. Na oportunidade, se dispuseram a participar do GT Formação: Werner, Leide
89 e Sílvia. Dando sequência, **Guilherme** mencionou a importância da manutenção do Comitê
90 executivo, tendo os seguintes membros: Guilherme, Gustavo, Joanir e Lorena. Quanto ao
91 Grupo da Habitação, sugerido pela Cíntia, porém impossibilitada de participação, **Paulina**
92 repassou as informações remetidas pela conselheira: Indicadores: Regularização fundiária
93 nas comunidades existe uma falta de atuação do poder público na comunicação com a
94 comunidade. Como está funcionando o REURB? Obs: Tem políticas, a Prefeitura tem a
95 obrigação de abrir a comunicação à comunidade. Legalização do nome de ruas de alguns
96 bairros do Continente que, por este motivo, tem gerado outro problema - IPTU irregulares.
97 Sugestão: Que se faça um plano de ação para regularização fundiária no município de
98 Florianópolis. Obs: O Plano de Habitação está sem atividades desde 2012, sendo em 2018 a
99 última atividade realizada através da I Conferência. Sugestão: Promover a II Conferência de
100 Habitação no município para fazer o acompanhamento e avaliação do que já foi feito e, se
101 não realizado, o que poderíamos estar construindo em relação. Perguntas: Quais são as
102 metas que foram cumpridas dentro do Plano de Habitação de 2012? Sugestão: Pedir ainda

